

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM BÁSICA NA CIDADE DE FARIM

Nhima Baldé

Resumo:

O nosso tema é sobre os desafios da educação na Guiné-Bissau: uma análise sobre o processo de ensino-aprendizagem básica na cidade de Farim. É sabido que, a qualidade de um trabalho científico não se dá exclusivamente pela qualidade de informações nele incluídas, mas deve também a eficiência de procedimentos metodológicos viáveis para a coleta e análise dos dados. Perante o exposto, decidiu-se adotar neste trabalho o caminho metodológico qualitativo por parecer-nos ser a mais viável para o exercício analítico que pretendemos levar a cabo. Na concepção de Creswell (2010), (Creswell, 2010, p.209) e por último Marconi e Lakatos (2010). O nosso tema é sobre os desafios da educação na Guiné-Bissau. O nosso objetivo geral é de compreender o processo de ensino-aprendizagem na educação básica no setor de Farim, região de Oio, norte da Guiné-Bissau. E nossos objetivos específicos são seguintes: compreender os desafios de acesso à educação básica no setor de Farim norte da Guiné-Bissau, entender a metodologia do ensino usada na prática docente no ensino básico nesse setor, e, analisar o perfil das infraestruturas e dos docentes que atuam nessa área.

Palavras-chave: Educação; Colonialismo; Descolonização das Mentes; Guiné Bissau.

Neste artigo vamos falar sobre a importância da educação em qualquer que seja sociedade humana. Portanto, trataremos sobre transmissão do conhecimento, dos valores e as técnicas visando à preparação do indivíduo nos diferentes segmentos sociais, como instrumento para consumação das suas pautas e ideologias. Analisando esses múltiplos usos da educação no período colonial, Ribeiro (2015), reitera que,

a educação é o fio norteador de discursos e práticas que se configuram de modo diferenciado em contextos distintos, todavia permeados pela transformação do sujeito pelo viés do conhecimento, seja ele utilizado para forjar e justificar um regime de trabalho forçado, seja para fazer nascer um cidadão pleno de direitos (Ribeiro, 2015, p.27).

Odete Semedo (2006), também sublinha que é preciso encarar a educação como um direito inalienável do indivíduo, e que houve no período a seguir a independência na Guiné-Bissau uma tentativa de aumentar as escolas, principalmente nas zonas rurais. Contudo, verificou-se alguns problemas de natureza financeira que levaram a utilização das infraestruturas escolares “escolas provisórias”, ou seja, de (barracas), como alternativa para reduzir a falta de acesso à educação nessas zonas. Este pequenos país do continente africano possui uma grande diversidade linguística, étnica e cultural, resultante de uma coexistência de grupos étnicos cujas práticas e manifestações culturais diferem, por vezes, substancialmente umas das outras, o que pode estar relacionado coma própria geografia do país, como sinaliza Augel,

A Guiné-Bissau está situada na costa ocidental do continente africano, estendendo-se por uma área de 36.125 km², A superfície habitável é apenas de 24.800 km², devido as terras inutilizadas pelas inundações das marés fluviais e pelo alagamento causado pelas chuvas regulares e periódicas. Sua população é atualmente estimada em cerca de um milhão e quinhentos mil habitantes (Augel, 2007, p.49).

Depois da independência, este país passou por crises cíclicas que dificultaram a implementação das agendas do desenvolvimento em setores chave da sociedade guineense, principalmente o setor educativo marcado pela insuficiência de infraestruturas escolares, material didático, currículo contextualizado e professores qualificados.

Apesar de existir ainda algumas insuficiências e desacertos no sistema educativo guineense, tem se verificado algumas tentativas por parte dos governos da Guiné-Bissau em superar os problemas educativos e criar condições para que haja o acesso à educação de qualidade para todos. Recorde-se que o Estado da Guiné-Bissau,

tal como muitos países que fazem parte do Concerto das Nações, assinaram, subscreveram e ratificaram várias convenções e resoluções, entre os quais a da discriminação da Mulher, a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos e a Convenção sobre os Direitos da Criança, que ratificou pela Resolução 6/90, do Conselho de Estado, de 18 de Abril de 1990 e, procedeu revisão da sua Constituição, estabelecendo no seu Art.º 49º o direito e o dever da educação para todo o cidadão, atribuindo ao Estado a responsabilidade de promover gradualmente a gratuidade e a igual possibilidade de todos os cidadãos terem acesso aos diversos graus de ensino, etc. (Semedo, 2006, p.04).

Diante de tudo isso, pretendemos com este trabalho compreender o processo de ensino e aprendizagem da educação básica na Guiné-Bissau, concretamente na região de Oio, setor de Farim. Numa pesquisa em que iremos analisar o perfil do sistema educativo guineense, (Unesco, 2015), sublinhamos que a Guiné-Bissau não conseguiu, após a sua

independência, consolidar-se politicamente em virtude das corriqueiras divisões político-institucionais que o país vivenciou durante décadas. Essa situação dificultou extremamente a aplicabilidade de políticas públicas e de um agenda de desenvolvimento duradouro, sendo que tudo isso impactou negativamente no setor educativo.

Isto posto, antevemos a relevância de fazer as seguintes indagações: qual seria ou deveria ser o papel de Estado, na busca pela melhoria no setor educativo na Guiné-Bissau? Além da fragilidade do Estado existem outras variáveis que contribuem para a precariedade do ensino-aprendizagem no setor de Farim? E qual seria ou deve ser, o papel da comunidade, dos pais e de encarregados da educação, para que possamos ter uma boa educação? Será que podemos afirmar que o Estado é o principal ator na fraca qualidade da Educação guineense?

De acordo com Lopes (2000), a este respeito:

O nível de desenvolvimento da educação está fortemente associado à importância e ao valor que à educação é atribuída pela sociedade na sua conjuntura política, económica, social e cultural. É nessa soberania política embora limitada, que cada Estado desenvolve as suas políticas educativas de acordo com os seus interesses.

Na mesma linha de raciocínio, Sampa (2015), enfatiza que o aperfeiçoamento de qualidade, de qualquer que seja a área, requer uma aplicabilidade conjunta de esforços, de investimento financeiro e humano, assim como a colaboração de todas as partes envolvidas no processo. Isso se torna imprescindível, principalmente quando se refere à educação que é um elemento determinante para o desenvolvimento.

A partir de um exercício analítico interseccional sobre os desafios de ensino-aprendizagem na Guiné-Bissau, Sané (2018), reconhece que há um conjunto emaranhado de fatores que obstaculizam o melhoramento do sistema educativo guineense, dentre eles destacam-se: crises políticas corriqueiras, dependência externa, centralização e insuficiência das infraestruturas escolares, greves prolongadas, a diminuição da política social do governo, pouca diversificação das ações educativas e assimetrias sociais entre gêneros.

Diante desses fatos, somos levados a juntar-nos a Lopes, quando questiona: “A questão da universalização da educação é ainda uma meta a atingir num país como a Guiné-Bissau, afetado constantemente por instabilidade política e institucional? E, ainda, num país em que quase metade da despesa com a educação é assegurada pelas famílias” (Lopes, 2014, p.118).

Dada a assertiva acima exposta e a necessidade de empreender um exercício analítico da relação entre a teoria e prática do direito educativo ancorado na nossa

constituição da República, por conseguinte, achamos pertinente estudar sobre a aplicação na prática do direito educativo baseado na Constituição da República da sociedade guineense, principalmente na cidade de Farim situado na região de Oio, no norte do País, numa das escolas da cidade, chamada *17 de fevereiro*, situada no meu antigo Bairro, Bantandjam, sendo que o nosso foco será do primeiro ciclo, correspondendo ao período de primeira à quarta classe. Ou seja, do primeiro ao quarto ano. O motivo pelo qual o nosso trabalho está ancorado nesta fase se dá pelo fato de que, como se sabe, a base sempre é fundamental na formação de qualquer pessoa.

De acordo com o documento da UNESCO¹ (2016), o processo de ensino e aprendizagem na Guiné-Bissau ainda está aquém do desejado, ou seja, se encontra numa situação que impossibilita atingir a aspiração de educação para todos. Isso devido aos problemas de várias ordens, entre as quais se destaca a insuficiência das infraestruturas, a fraca formação dos docentes, falta de materiais didáticos e as crises cíclicas que não favorecem a consolidação das políticas relacionadas a educação. Vista a partir dessa perspectiva, torna-se evidente a necessidade de um debate premente sobre o cenário educativo guineense.

Portanto, este trabalho justifica-se por razões sociais e acadêmicas. No âmbito social a sua relevância se justifica pelo benefício do debate multidimensional e pluriperspectivado a respeito das temáticas educacionais presentes neste trabalho. Em outros termos, espera-se que a discussão nele feita sirva de elemento informativo eficaz para a sociedade guineense, ajudando a espelhar o estado das coisas no setor educativo guineense, principalmente no ensino básico.

Já no campo acadêmico, a importância deste trabalho se justifica por servir de um suporte bibliográfico importante para as futuras produções acadêmicas, podendo ser usado como suporte na elaboração dos artigos, ensaios e até palestras a respeito da educação na Guiné-Bissau. Existem trabalhos feitos sobre a educação na Guiné-Bissau, porém, poucos deles abordam a questão do ensino e aprendizagem no ensino básico, sendo assim, este trabalho propõe aumentar na medida do possível esta discussão.

Esperamos que essa produção acadêmica e discussões nela presentes sejam de imenso valor para o Estado guineense, setor de Farim, e as organizações nacionais e internacionais que atuam na área de educação, ajudando como já foi mencionado acima trazer ampliar o debate sobre as conquistas e desafios do processo de ensino-aprendizagem no ensino básico guineense, principalmente no setor de ensino Farim, Região de Oio.

¹ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Neste artigo, o nosso objetivo geral é compreender o processo de ensino-aprendizagem da educação básica no setor de Farim, região de Oio, norte da Guiné-Bissau. Já os nossos objetivos específicos, primeiro, é de compreender os desafios de acesso à educação básica no setor de Farim norte da Guiné-Bissau, segundo entender a metodologia do ensino usada na prática docente no ensino.

Perante o exposto, decidiu-se adotar neste trabalho o caminho metodológico qualitativo por parecer-nos ser a mais exequível para o exercício analítico que pretendemos levar a cabo. Na concepção de Creswell (2010), “A pesquisa qualitativa é uma forma de investigação interpretativa em que os pesquisadores fazem uma forma de interpretação do que enxergam, ouvem e entendem. Suas interpretações não devem ser separadas da de suas origens, história, contextos e entendimentos anteriores” (Creswell, 2010, p.209). No que tange aos procedimentos de coleta de dados, decidimos aplicar entrevistas semiestruturadas, permitindo aos entrevistados exporem livremente sobre o problema em debate. Para Marconi e Lakatos (2010), “A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. E vai diante reiterando que a entrevista é um instrumento de trabalho relevante para muitas áreas do conhecimento, destacando a Antropologia, Sociologia, Relações Públicas, Pesquisa de Mercado e outras. Tendo em mente, os nossos objetivos e público que pretendemos estudar, esta pesquisa se refere à cidade de Farim, região de Oio no Centro-Norte da Guiné-Bissau, sendo que, durante a entrevista pretendíamos conversar com a população a respeito do processo de ensino-aprendizagem da educação básica na região de Oio, principalmente na cidade de Farim. A intenção era fazer entrevista com sete (7), pais ou encarregados de educação incluindo ambos os sexos, de forma que a participação na entrevista seria por conveniência. Para registro dos dados obtidos durante as nossas entrevistas, fizemos a gravação em áudio da fala dos entrevistados, seguida da transcrição desse conteúdo para sua futura análise e interpretação. Assim sendo, utilizamos como procedimento analítico dos dados, a análise do conteúdo que na concepção de Silvestre e Araújo (2012), é uma análise profunda e cautelosa dos textos, entrevistas ou inquéritos a respeito de uma determinada questão social com vistas a extrair os significados implícitos nos discursos das pessoas.

AS DISTINTAS PERCEPÇÕES DO CONCEITO EDUCAÇÃO

A educação, como forma de socialização e preparação para a vida social, é um processo inerente a todas as sociedades humanas, sendo sempre usado para transmitir valores, habilidades e competências encaradas como imprescindíveis para a preservação ou transformação duma realidade em um contexto histórico específico. Existem olhares e definições distintas sobre o conceito da educação, sendo assim, buscaremos trazer nessa secção as definições de alguns autores e pensadores como forma de ilustrar essa pluralidade de perspectivas presentes na discussão sobre educação. Mas, o que seria educação? E qual é a sua finalidade para as sociedades humanas?

Conceituando a educação, Calleza (2008), aponta que a educação é uma ação desenvolvida sobre as pessoas que compõem uma determinada sociedade, com o objetivo de capacitá-las consciente e eficientemente para responder as demandas sociais usando os conteúdos adquiridos nesse processo de ensino.

Essa percepção da educação como mecanismo de preparação sócio cognitiva para o futuro enfrentamento das exigências impostas pela sociedade está também presente no pensamento de outros pensadores das ciências sociais, dentre eles destaca-se o francês Emile Durkheim. Na visão de Durkheim (2011),

a educação é ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Ela tem o objetivo de suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais exigidos tanto pelo conjunto da sociedade política quanto pelo meio específico ao qual ela está destinada em particular (Durkheim, 2011, p. 53-54).

Com base nisso, percebe-se que a educação no olhar de Durkheim (2011) consiste na socialização metódica das crianças para fazê-las ser e comportar no futuro como a sociedade deseja, podendo acontecer de formas diferentes e para fins diferentes visando nos enquadrar as necessidades do meio social (classe ou grupo social), em que vivem.

Por outro lado, pensadores como Pierre Bourdieu e Passeron (2009), e Marx e Engels (2011), mostraram um certo ceticismo em relação aos que encaram a educação como algo exclusivamente benéfico e destinado a ajudar todos os membros da sociedade. Para Pierre Bourdieu e Passeron (2009), a escola é um simples órgão de reprodução dos valores, das relações sociais e estruturas sociais que beneficiam a classe

dominante. Em outras palavras, a ideia da neutralidade da escola é uma simples construção ideológica pois acaba por naturalizar a violência simbólica e reproduzir a cultura do grupo dominante.

Outros autores cujos escritos contrapõem a assertiva de que a educação é um processo que tem como objetivo exclusivo oferecer treinamento e oportunidade iguais para todos os membros da sociedade são os alemães Marx e Engels (2011). Para eles a educação possui uma dupla finalidade. Por um lado, ela pode ter um caráter alienador, visando reproduzir as desigualdades sociais e as ideologias da elite, e por outro, ela pode ter um caráter emancipador procurando formar consciências críticas nos educandos para que estes possam libertar das amarras da alienação.

Tendo em mente as distintas concepções da educação presentes no pensamento dos autores discutidos nessa seção, torna-se evidente que analisar a educação requer um exercício analítico polissêmico e não unívoco, dado a multiplicidade de olhares ao seu respeito. Nesse sentido, este artigo encara a educação como uma atividade que envolve a transmissão e aprendizagem de um conjunto de valores e habilidades considerados suficientemente importantes para dar resposta às necessidades humanas num determinado espaço-tempo e contexto histórico específico.

EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL

O processo educativo pode se dar de forma diferente nas sociedades humanas, variando de formato de acordo com o contexto e finalidade de sua execução. Vamos em seguida mostrar duas maneiras diferentes de educar, neste caso, a educação formal e não formal.

Para Almeida (2014), a educação formal é uma forma de educação que acontece nos espaços institucionalizados e sistematizados, objetivando difundir os conhecimentos que vão ao encontro das demandas contemporâneas àquela dada sociedade. Por sua vez, a educação informal é aquela que se dá a partir das ações que norteiam a vida do indivíduo, quer dizer, acontece através das experiências do cotidiano e se transmite de geração passada para geração.

No que tange a educação não formal, Maria Gloria Gohn (2014), reitera que “é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de

experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas” (Gohn, 2014, p.35).

EDUCAÇÃO, COLONIALISMO, E A DESCOLONIZAÇÃO DAS MENTES

Pretendemos nessa secção fazer uma breve abordagem daquilo que foi o processo educativo no continente africano, especialmente na Guiné-Bissau, durante alguns contextos históricos que este país vivenciou, buscando fundamentalmente perceber a relação existente entre o colonialismo e o discurso que defende a necessidade premente da descolonização das mentes como forma de alcançar a verdadeira emancipação social dos povos colonizados.

A transmissão de saberes, técnicas e valores necessários para garantir a coesão social é sempre uma das atividades imprescindíveis nas sociedades humanas, como podemos perceber nas sociedades africanas pré-coloniais os grupos ali presentes praticavam o processo de ensino-aprendizagem através da oralidade, marcado na maioria dos casos pela interação entre as gerações adultas com as mais novas.

Sobre a inexistência de instituições escolares formais entre algumas sociedades daquele continente, Tchuda (2017), sublinha que “A ausência das instituições escolares na sociedade tradicional africana não significa que não existia o ensino aprendizagem, pois se tratava duma cultura oral que mais tarde veio a ser sobreposta pela cultura de escrita europeia” (Thuda, 2017, p.14).

Segundo Giselda Brito Silva (2015), os regimes coloniais dominados pela ideia da superioridade da civilização europeia e pela ambição de moldar o psiquismo dos povos africanos decidiram desconsiderar as formas e os processos educacionais já existentes nas sociedades africanas e estabeleceram novas bases educativas. Ela vai adiante salientando que esse modelo educativo não visava formar indivíduos capazes de analisar criticamente o meio em que estão inseridos e transformá-lo, mas se destinava exclusivamente para adquirir habilidades necessários para responder as necessidades do poder colonial.

Essa explicação de Silva (2015), se coaduna com a ideia de Fábria Barbosa Ribeiro (2015), quando sublinha que,

a formação de escolas e a sistematização do ensino no continente africano durante o período colonial, atendeu a interesses de projetos de dominação que tinham no trabalho forçado, sua principal base de sustentação econômica e política, justificando-o e tornando-o aceitável, através do corolário da educação e civilização do indígena. Serviu

também para hierarquizar as relações sociais nas colônias e para afastar os “indígenas” de sua própria História, veiculando conteúdos que remetiam ao passado, presente e futuro da metrópole (Ribeiro, 2015, p.25).

Dado o exposto, entende-se que a educação colonial procurava moldar o psiquismo dos africanos a partir da imposição de um currículo exponencialmente alienador e totalmente descontextualizada que buscava inculcar na mente destes a concepção ilusória que reclamava a superioridade dos valores da civilização europeia.

Partindo deste ponto de vista, a questão que se coloca é: Quais são os impactos do modelo de ensino colonial nas sociedades africanas? E quais foram as alternativas empreendidas pelos africanos para combatê-las?

Frantz Fanon (2008), defende no seu livro intitulado “Pele negra máscaras brancas” que durante o período colonial foi inculcado na mente dos povos colonizados a ideia da superioridade da raça branca, dos seus valores, práticas socioculturais e preceitos morais, e isso cristalizou na consciência do negro fazendo-o perder de vista a sua verdadeira essência. Sendo orientado pelo complexo de inferioridade, o negro teria passado, a todo o custo, a imitar o homem branco e seus valores.

Visto a partir dessa perspectiva, entende-se que o colonialismo e as suas ideologias racistas mudaram fortemente as estruturas organizacionais e as cosmovisões africanas. Sendo assim, alguns pensadores africanos defenderam a necessidade de se soltarem das amarras do colonialismo e romper com a predominância do complexo de inferioridade que domina os negros.

Preocupados com as mazelas resultantes do colonialismo e suas lógicas, alguns intelectuais latinos americanos e africanos sentiram que a independência das sociedades colonizadas não se resumia na independência política e econômica, mas era preciso repensar a base cognitiva, isto é, as categorias de percepção do mundo, fortemente dominadas pelo eurocentrismo, como forma de erradicar o predomínio do ideal ocidental nos padrões de relacionamento nas ex-colônias.

Daí a ideia da “africanização das mentes” defendida por Cabral (1976), através da qual ele mostrava que era preciso um processo de reconversão dos espíritos como forma de recuperar a dignidade perdida e se distanciar da dominação cultural que o regime implementou.

Enaltecendo igualmente a necessidade de descolonização mental e da conscientização, Paulo Freire (1979), salienta,

a conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de percepção da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual

realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo (Freire, 1979, p.25).

A luz das discussões feitas nessa secção, entende-se que os colonizadores se apropriaram da educação em África e através dela conseguiram impor as lógicas que alegavam a hegemonia das convicções europeias e a proficuidade dos objetivos coloniais. Provocando mais tarde resistências por parte de alguns pensadores como Frantz Fanon, Amílcar Cabral e Paulo Freire que mostraram a importância de desencadear uma ruptura com esse modelo educativo que alimenta um psiquismo alienante.

A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO GUINEENSE

Em virtude do modelo educativo implantado pelo sistema colonial e a pretensão dos intelectuais guineenses em obliterar a permanência das lógicas inculcadas no psiquismo desse povo pelo modelo de instrução colonial, fizeram este país vivenciar no pretérito a existência concomitante de modelos educativos literalmente antagônicos. Sobre esta questão, Barroco (2015), afirma que havia pouco investimento do regime colonial na área de educação e o currículo que orientava esse modelo educativo era muito descontextualizada, ou seja, ele era feito pensando na lógica desse sistema. “A educação era seletiva e discriminatória: os nativos guineenses eram tidos como inferiores, indígenas, selvagens” (Barroco, 2015, p.03).

Em contraposição ao modelo educativo colonial na Guiné-Bissau, o Partido Africano para Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde (PAIGC) buscava transmitir os conhecimentos e habilidades de maneira que considerava libertadora,

o Ensino de Zonas Libertadas, que controlava um terço do território da então Guiné Portuguesa, atual território da Guiné-Bissau. Em tais zonas, os conteúdos programáticos contemplavam a história e as tradições culturais do país, a geografia, o relevo e as táticas de guerrilha (Barroco, 2015, p.03).

Em face do exposto, os guineenses tinham que lidar com as heranças do contexto político e sócio histórico anterior a independência. Assim sendo, verificou-se em certos casos, uma tentativa de fazer algumas reformas.

Pronunciando a respeito das mudanças observadas ao longo do tempo no sistema educativo guineense, Barreto (2012), ressalta que o sistema educativo guineense vem sofrendo nos anos recentes inúmeras reformas visando modernizar e aperfeiçoar a qualidade do ensino formal.

De acordo com o documento do Ministério de Educação Nacional de Guiné-Bissau- MEN (2003), denominado “Plano de Ação: Educação Para Todos”, o sistema educativo daquele país possui duas dimensões, isto é, a educação formal e a não formal. Possuindo cinco (5), níveis de ensino, denominadamente: Ensino pré-escolar; Ensino Básico Elementar; Ensino Secundário Geral e Ensino Secundário Complementar; Ensino Técnico-Profissional e Ensino Superior não Universitário.

Como forma de facilitar a compreensão do relato acima apresentado, pretendemos seguir explicar tanto as duas vertentes do sistema educativo guineense, assim como os níveis de ensino que acabamos de mencionar após as reformas do sistema educativo. Para isso, seremos subsidiados teoricamente pelo relatório de MEN (2013), intitulado “Margens de manobra para o desenvolvimento do sistema Educativo numa perspectiva de universalização do Ensino Básico e de redução da pobreza. ”

Educação Formal e Não Formal na Guiné Bissau pós-independência

Segundo MEN, (2003), documento intitulado plano Nacional de educação para todos, o sistema educativo da Guiné-Bissau está numa fase de reformas. Sua estrutura atual compreende duas vertentes: educação formal e não formal. E tem cinco níveis de ensino, a saber: i) ensino pré -escolar ii) ensino básico elementar e ensino básico complementar, ii) ensino secundário geral e ensino básico complementar IV) ensino técnico e profissional; e v) ensino superior não universitário e ensino superior universitário.

O ensino pré -escolar é destinado as crianças de 3a 6 anos e é opcional. O ensino básico elementar compreende as quatro primeiras classes. É obrigatório e gratuito. Ensino básico complementar compreende quinta e sexta classe. A reforma do ensino básico em curso consiste na uniformização dos ciclos do ensino básico elementar e complementar num ciclo de seis anos de escolaridade obrigatório para todos. A passagem aromática está

prevista no fim do 1º 3º e 5º anos. Em contrapartida as provas de passagem são exigidas no fim do 2º 4º e 6º classe .

O ensino secundário compreende duas principais vias: o ensino secundário geral e o ensino técnico e profissional. O ensino secundário geral compreende dois ciclos de uma duração total de cinco anos repartidos da seguinte forma: i) ensino secundário geral compreendida de 7º a 9º classe e ii) o ensino complementar constituído de 10º e 11º classe. A idade normal da entrada no ensino secundário é de 15 a 16 anos, enquanto que a idade teórica oficial de entrada é de 13 anos.

Ensino técnico e profissional foi duramente afetado pelo conflito armado de 1998/99. A maior parte dos estabelecimentos que funcionavam antes da guerra são internacionais. O principal centro de formação industrial foi totalmente destruído. Somente duas estruturas públicas estão ainda em funcionamento; o centro de formação administrativa de Bissau com uma capacidade teórica de 650 estudantes mas que atualmente não funciona nas suas capacidades plenas e o Centro de formação experimental comunitária de Bedanda que oferece as formações de curta duração nos ofícios de artesanato, transformação dos produtos agrícolas e a gestão que tem uma capacidade de cerca de 300 aprendizes por ano.

No setor, duas estruturas de formação profissional confessionais que funcionam ainda no esquema da formação profissional clássica e oferecem de 3 anos num determinado número de profissões/ofícios de base (carpintaria, mecânica, eletricidade e há pouco tempo informática). Os centros de formação agrícola que funcionavam com apoio dos parceiros bilaterais, (em Bachil (CFCB) dispensa os cursos de formação agrícola no quadro da parceria com as ONG.

Ainda no quadro de formação técnica profissional, existe Centro de formação técnica de ADPP(escola Vocacional) em Bissorã que ministra a formação nas áreas de Carpintaria, mecânica e de construção.

O ensino superior é muito pouco desenvolvido e a formação de maior parte dos quadros superiores desenrola-se no estrangeiro. Os principais países de acolhimento são os denominados no passado por países do leste europeu tal como a ex união soviética e outros países amigos como Portugal e Cuba. O ensino superior é considerado como não universitário compreende Escola nacional de saúde, Escola Normal Técnico Te. Estas escolas recrutam após o ensino liceal para um ciclo de formação de 3 anos. A universidade Amílcar Cabral que deveria abrir as suas portas em 2002/ 2003 permitirá formar localmente os quadros superiores de que necessitam a administração e o setor privado.

Ensino não formal

O sistema educativo não formal segundo MEN (2003), é constituído de alfabetização e educação de adultos, pelas escolas de outro tipo nomeadamente Madrassas corânicas e as chamadas particulares de incidência urbana. É um subsetor do MEN que funciona em colaboração com diferentes ONG's, Organizações Sociais, e comunitárias. O financiamento desse processo não é proveniente do Estado, este auxilia simplesmente na capacitação dos animadores.

Fazendo o exercício analítico dos desafios da educação na Guiné-Bissau, Ocuní Cá (2005), sublinha que as crises iniciadas no final da década 80 naquele país tiveram consequências nefastas para o setor educativo, provocando o declínio do índice de matrículas, corrupção da relação entre professor e aluno, aumento dos níveis da desistência e repetência. O mesmo autor ainda enfatiza os entraves relacionados à língua, inadequação do currículo do ensino, fraca preparação dos professores, das infraestruturas escolares e materiais de ensino.

Diante do exposto, percebe-se que as reformas que têm vindo a acontecer no âmbito educativo na Guiné-Bissau visavam melhorar o processo de ensino e aprendizagem como forma de criar condições que alunos estudantes possam estar na altura de responder as demandas sociais da sociedade guineense e torná-los preparados para enfrentar os desafios regionais e internacionais.

Considerando as discussões feitas até aqui, torna-se importante fazer algumas indagações: Será possível atingir esses objetivos diante das crises políticas cíclicas que a Guiné-Bissau vem vivenciando nos últimos anos? Será que o nível crescente da "pobreza" não impedirá a realização desses objetivos? E até que ponto essas reformas podem ser úteis para o país em geral?

Na concepção de sampa (2015), repensar o sector educativo guineense com vista a torná-lo mais eficiente requer a participação de todos os segmentos sociais, principalmente da classe política que deve criar políticas educacionais que facilitem o acesso à educação de qualidade a todos os cidadãos. Contudo, realça que a efetivação desse sonho depende muito de estabilidade política no país.

Na Guiné-Bissau, a falta de recursos apresenta-se para a educação como um dos grandes entraves ao seu desenvolvimento e sustentabilidade, tornando incerto o aperfeiçoamento do sistema educativo, porquanto o recurso afeta a educação. No Orçamento Geral do Estado, vem baixando fortemente de ano para ano, sendo que entre 1987 e 1995 baixou de 15% para 10%, e na previsão feita para Semedo (2006), em 7,5%.

Assim sendo, compreende-se a relevância de uma observação profunda e interseccional a respeito dos problemas que o sector educativo da Guiné-Bissau tem enfrentado ao longo do tempo, isso em razão das implicações do contexto econômico, social, cultural e político que o país vivencia. Melhor dizendo, a busca pela eficácia do sistema educativo guineense demanda um aperfeiçoamento do perfil socioeconômico dos atores envolvidos nesse processo e a criação de políticas que buscam amenizar as inconveniências do setor educativo.

PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA GUINÉ-BISSAU

Debruçar-se sobre o processo de ensino-aprendizagem é demanda que exige muita flexibilidade, dado que a sua análise requer de quem pretende fazê-la um arcabouço teórico-conceitual abrangente devido as distintas variáveis que nele se intersectam (atores, instituições e ideias). Mas, antes de adentrarmos na sua discussão no contexto guineense, vale questionar o seguinte: o que caracteriza o processo de ensino-aprendizagem? Quais são os sujeitos normalmente envolvidos na sua execução? E qual a sua importância para o desenvolvimento psicossocial dos indivíduos?

Miranda et al (2011), definem o processo de ensino-aprendizagem como uma atividade que envolve a comunicação entre vários elementos que compõem o circuito de aquisição de conhecimento. Em outros termos, ele se dá a partir da interação do professor, aluno, instituições escolares - formais ou não - e o próprio contexto sociocultural em que

estão inseridos. Nas palavras de Ferreira:

a estrutura cognitiva do aluno pode ser influenciada, quer pelo poder de exposição e pelos conteúdos e conceitos integrados, quer pela utilização de métodos adequados de apresentação e ordenação dos materiais. A escola e o professor devem utilizar as estratégias que

permitam ao aluno integrar conhecimentos novos, utilizando para tal métodos adequados e um curriculum bem estruturado, por forma a que os conteúdos tenham determinada sequência e racionalidade (Ferreira, 2011, p.150).

Debruçando-se sobre a organização desse processo, Telma Weisz (2001), reitera que apesar dessa relação de interdependência cabe ao professor a organização das situações de aprendizagem, planejando atividades e propostas com o intuito de facilitar a aprendizagem dos alunos. Ela enfatiza, ainda, que as boas situações de aprendizagem costumam ser as que,

- Os alunos precisam de pôr em jogo tudo o que sabem e pensam sobre o conteúdo que se quer ensinar;
- Os alunos têm problemas a resolver e decisões a tomar em função do que se propõem produzir;
- A organização da tarefa pelo professor garante a máxima circulação da informação possível;
- O conteúdo do trabalho, mantém as suas características de objeto sociocultural real, sem se transformar em objeto escolar vazio do significado social. (Weisz, 2001, p.66).

Percebe-se que o professor, ao elaborar os conteúdos a serem transmitidos, deve levar em conta o contexto sociocultural dos alunos, evitando assim o distanciamento destes com as suas realidades e criar condições para que o processo de aprendizagem ocorra de maneira viável.

Fazendo alusão a relação de dependência mútua entre o ensino-aprendizagem e a impossibilidade de existência de um sem o outro, Paulo Freire (2002), reitera que,

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. Por isso é que, do ponto de vista gramatical, o verbo ensinar é um verbo transitivo relativo. Verbo que pede um objeto direto – alguma coisa – e um objeto indireto – a alguém (Freire, 2002, p.12).

Considerando as abordagens teóricas feitas pelos autores que subsidiaram a nossa discussão nesta secção, percebe-se que perceber o ensino-aprendizagem exige de nós o reconhecimento da existência de múltiplas variáveis que condicionam a sua consolidação e eficácia, e que a ausência de um dos elementos poder consequentemente comprometer a realização do outro.

O documento da UNESCO (2015), intitulado “Melhoria de Qualificação de Professores e Implementação de Gestão de Resultados” mostra que apesar de ser verificado nos últimos anos algumas melhorias no que tange ao acesso a instrução

básica na Guiné-Bissau, o acesso à escola continua insignificante e menos da metade dos alunos conseguem completar o ensino primário.

Perante a afirmação acima apresentada, surge as seguintes inquietações: a que se deve esta situação? Isso tem a ver exclusivamente com a ineficácia do processo de ensino-aprendizagem ou existem outras causalidades?

Justificando as razões desta baixa taxa de escolarização primária neste país, o documento da UNESCO intitulado “Programa de Formação de Educadores do Ensino Básico da Guiné-Bissau, ” (2007), elenca alguns fatores implicantes a saber,

as condições defeituosas de oferta dos estabelecimentos escolares no que diz respeito à disponibilidade das salas de aula e escolas, pois um grande número de escolas não oferece um ciclo completo de quatro classes, implicando em necessidades adicionais de salas de aula para substituir as barracas e o terceiro turno; d) a falta de formação dos seus docentes, na medida em que entre os 4.665 professores do Ensino Básico em serviço no ano letivo de 2005, 48% não possui formação adequada e certificação, e 11% não possui inclusive o Ensino Secundário concluído;² e) reduzido acesso aos manuais escolares e falta de equipamentos e suportes pedagógicos.

Além dos problemas da precariedade das instituições escolares, das dificuldades de acesso a instrução primária e a fraca qualificação dos docentes mencionados na citação acima, podemos igualmente constatar o problema de abandono escolar identificado pelo relatório do Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau (2013), como um dos entraves para consolidação da ideia da educação para todos. O relatório supracitado nos traz a justificativa das famílias em relação ao abandono escolar dos filhos, e dentre os motivos elencados destacam-se: o trabalho infantil, o casamento da criança, a falta de interesse do aluno, a hipossuficiência financeira e os problemas de mobilidade devido à distância.

Na mesma ordem de ideia Semedo (2006), salienta que a educação básica é um direito inalienável e que deve ser proporcionada a todas as crianças independentemente da condição econômica dos pais, ela vai adiante mostrando que o processo de ensino-aprendizagem enfrenta dificuldades de várias ordens, principalmente nas zonas rurais devido à falta de infraestruturas, fraca qualificação dos professores, salários baixos, e

greves.

Mostrando as consequências desses problemas para a consolidação de um método de ensino e aprendizagem eficiente a nível da Guiné-Bissau, o documento da UNESCO (2016), ressalta que,

Este fraco nível de aquisição escolar combinado com as fracas taxas de escolarização restringe uma grande parte da população a um nível de conhecimentos tão limitado que só deixa prever pouca esperança para descolagem económica do país. Por fim, tantas obras devem ser levadas a cabo para a escola de Guiné-Bissau que se pode perguntar se o sistema educativo não é simplesmente para ser reconstruído em grande parte. Hoje, é necessário imperativamente aproveitar do recente regresso à estabilidade política para lançar as reformas prioritárias (Unesco, 2016, p.01).

Tendo em conta o conjunto de debates feito nessa seção, a respeito do processo do ensino-aprendizagem, constatamos que este país precisa melhorar muita coisa no seu sistema educativo e consequentemente na maneira de desenvolver a atividade de ensino e aprendizagem.

Considerações Finais

Entender os desafios da educação na Guiné-Bissau, é o primeiro passo para o caminho do avanço no ensino guineense. E, compreender como se dá o processo de ensino e aprendizagem na educação básica naquele setor, é outro passo para melhorar interação entre professores e alunos, incluindo os membros que fazem parte desse círculo de ensino e aprendizagem. Compreender os desafios do acesso a educação básica em qualquer setor educativo guineense, facilita a procura da solução desse problema. Outro papel relevante na busca da melhoria do ensino é, analisar o perfil das infraestruturas e dos docentes que atuam nessa área. E sem perder de vista que a educação também pode ser pressora dependendo de forma e interesse dos próprios autores dessa ideia.

A educação libertadora, é a melhor arma para liberação social em todos sentidos de amarguras sociais, conhecendo seu verdadeiro eu, e o outro inclusive no que diz respeito seus valores culturais, e sem esquecer de outros seres vivos que fazem parte desse círculo de natureza, valorizar e respeitar cada ser dessa natureza é como cuidar de nosso próprio eu.

Amílcar Cabral grande Líder da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, nós mostra que educação é a melhor arma para libertação de um povo. E falar ou refletir sobre

colonialismo e, descolonização e uma forma para que possamos pensar mais em investir na educação para libertação e na valorização dos nossos conhecimentos, saberes, do nosso povo e das nossas culturas, isto é, as culturas africanas e conhecer outras culturas que por décadas também, foram visibilizadas, discriminadas, demonizadas, como as nossas. Por exemplo: cultura "indígena" Quilombola, cultura Cigana no Brasil e, várias culturas invisibilizadas no mundo, por causa da ideologia de colonização ocidental.

E também pensar e colocar em prática o direito educativo ancorado na nossa constituição, e que todo cidadão tem direito a educação de qualidade nesse país, não podemos descartar

ou esquecer das pessoas que merecem e têm esse dinheiro ou seja qualquer que seja direito humano, principalmente direito educativo. Eles passam por vários desafios para ter esse acesso, outros acabaram desistindo e outros presentes nessa luta. Não passei por dificuldades de morar nas zonas rurais para depois ter que andar quilômetros para poder ter acesso a educação, mas vivenciei amigos e colegas de turmas que passaram essas dificuldades, por isso como direito de cada cidadão merecem também ter esse direito, assim como vários direitos como cidadãos. Quem passou por escola pública sabe dos desafios, e dos problemas financeiros de pagar propinas por vários estudantes vindo de uma família que tem dificuldades financeiras, e outros acabam por desistir. E sem esquecer das dívidas do governo que impossibilita pagar salários dos docentes, e muitas das vezes estes acabam entrando em greves no setor educativo, e isso, acaba afetando mais o ensino e aprendizagem na Guiné-Bissau. Em seguida vamos falar das escolas provisórias(barracas)é uma ação muito louvável improvisando cantinho para ensinar, ou seja transmitir os conhecimentos para outras gerações entender os desafios da educação na sociedade guineense procurar solução para esses problemas, é uma ação gratificante. Se estamos falar do ensino e aprendizagem não podemos descartar ou seja esquecer da diversidade étnica, linguística, e cultural da Guiné-Bissau. Um país que tem diferenças desse tipo, e onde a língua portuguesa é falada por minoria da população, o melhor a fazer é tentar entender e compreender essas diferenças e optar por outro método de ensino, para facilitar melhor a compreensão da língua colonial.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Salete Bortholazzi. **Educação não Formal, Informal e Formal do Conhecimento Científico nos diferentes Espaços de Ensino e Aprendizagem**. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2M4z uWq>. Acesso em: 05.ago.2019.
- ARAÚJO, Joaquim Filipe; SILVESTRE, Consciência Hugo. **Metodologia para a investigação social**. Lisboa, editora Escolar, 2012.
- AUGEL, Moema Parente. **O Desafio do Escombros: Nação, Identidades e Pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Edit. Garmond, 2007.
- BARROCO, Sonia Maria Shima. **Fracasso Escolar na Guiné-Bissau: Contribuições da Educação e da Psicologia**. IN: 37ª Reunião Nacional da ANPED – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <https://bit.ly/2OuSR8y>. Acesso em: 12.ago.2019.
- BARRETO, Maria António. **Reformas Recentes no Sistema educativo da Guiné- Bissau: Compromisso entre a identidade e a dependência**. Lisboa, 21-23 de junho de 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2FAQwUB>. Acesso em: 12.ago.2019.
- BOURDIEU, Pierre ; Jean-Claude PASSERON, **A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino**. Lusofia Press, Covilhã, 2009.
- CÁ, Ocuni. **A Educação Durante a Colonização Portuguesa na Guiné-Bissau**. (1471-1973). 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2Of2SXi>. Acesso em: 28.jul.2019.
- Perspectiva histórica da organização do sistema educacional da Guiné-Bissau**. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/12C0jqH>. Acesso em: 11.ago.2019.
- CABRAL, Amílcar. **Unidade e Luta**. Lisboa, Seara Nova, 1976.
- CALLEJA, Jose Manuel Ruiz. **Os Professores deste século algumas reflexões**. Revista Institucional Universidad Tecnológica de Chocó: Investigación, Biodiversidad yDesarrollo, 2008; 27 (1), 109-117. Disponível em: <https://bit.ly/2MkCfzN>. Acesso em: 04.ago.2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 3º edição, Porto Alegre, editora Artmed, 2010.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Petrópolis, Editora Vozes, 2011. FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador, EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Manuela Maria Conceição: **Alguns Fatores que Influenciaram a Aprendizagem do Estudante de Enfermagem**. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2BMTPvx>. Acesso em: 17.ago.2019.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação**. São Paulo. Editora Cortez, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia de Autonomia: saberes necessários à políticas educativas**. São Paulo, editora Paz e Terra. 2002.

GOHN, Maria Gloria. **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos**. Investigar em Educação- II série, Número 1, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2LQBLFg>. Acesso em: 04.ago.2019.

LOPES, Luísa da Silva e Lopes. **A Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné- Bissau**. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2Q1IRFc>. Acesso em: 03.set.2019.

MARCONI, M. de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7º edição. São Paulo, editora Atlas, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Fredriech. **Textos Sobre a Educação**. Brasília, UNICAMP, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2qTmF5w>. Acesso em: 12.ago.2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Margens de manobra para o desenvolvimento do sistema Educativo numa perspectiva de universalização do Ensino Básico e de redução da pobreza. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2qSal5c>. Acesso em: 12.ago.2019.

MIRANDA, R.A.M. MIRANDA, C.S. COSTA, G.F.M. **Estratégias de Ensino e Estilos de Aprendizagem: Um experimento no processo Ensino Aprendizagem na Disciplina de Contabilidade Introdutória**. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2MQyKVb>. Acesso em: 18.ago.2019.

RIBEIRO, Fábila Barbosa. **Educação e ensino de História em contextos coloniais e pós-coloniais**. Caicó, v. 16, n. 36, p. 27-53, jan./jul. 2015. Dossiê Ensino de História. Disponível em: <https://bit.ly/2zWxGrK>. Acesso em: 05.out.2019.

SANÉ, Samba. **Os desafios da Educação na Guiné-Bissau**. IN: Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 27, n.1, p. 55-77, jan/jun 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2C96NDK>. Acesso em: 03.set.2019.

SAMPA, Pascoal Jorge. **Situação do Ensino Pública em Guiné-Bissau: Desafios e Possibilidades para Uma Educação de Qualidade**. Campina Grande, Vol. 1 Ed. 4, ISSN 2316-1086, Realize editora, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2qWTSMB>. Acesso em: 12.ago.2018.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. **Educação como Direito**. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2w4Kdpw>. Acesso em: 12.ago.2018.

SILVA, Giselda Brito. **Educação Colonial do Império Português em África (1850-1950)**. Cadernos do Tempo Presente – ISSN: 2179-2143. 2015. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/4602>. Acesso em: 06.ago.2018.

TCHUDA, Luis Daniel. **O Ensino no Período Colonial na Guiné-Bissau (1879-1973)**. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2vERhsR>. Acesso em: 06.ago.2018.

UNESCO. **Melhoria de Qualificação de Professores e Implementação de Gestão de Resultados**. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2woK4xz>. Acesso em: 19.ago.2018.

UNESCO. **Em Guiné-Bissau o sistema educativo precisa em grande parte de ser construído**. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2HKv7xj>. Acesso em: 21.jul.2018.